

## **II. DELIBERAÇÕES**

### **CÂMARA**

#### **1. APROVAÇÃO DA ATA N.º 32/2023.**

**XIII MANDATO**

**ATA N.º 32/2023**

**Reunião ordinária pública de 20 de fevereiro de 2023**

Ao vigésimo dia do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, pelas nove horas e trinta minutos, no edifício GNRation, sito na Praça Conde Agrolongo, Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) e os **Vereadores, Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **Maria Helena Fernandes Teixeira** (PS), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais Macedo** (PS), **Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS) e **Bárbara Seco de Barros** (CDU). -----

Secretariou: Cidália Alice Lopes Rodrigues, Chefe de Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos, em substituição de Liliana Cristina Silva Veiga, Diretora de Departamento de Apoio ao Cidadão e Órgãos Autárquicos. Pelas nove horas e trinta minutos, verificada a presença de todos os Vereadores, foi declarada aberta a reunião. -----

**-----ORDEM DO DIA-----**

Para **conhecimento e informação** foi presente o **resumo da tesouraria** referente ao dia 14 de fevereiro de 2023, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. ----

**-----DELIBERAÇÕES-----**

**1. APROVAÇÃO DAS ATAS N.º 30/2022 E N.º 31/2022, NOS TERMOS DO ARTIGO 57.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:** Foi dispensada a leitura das atas, conforme deliberação tomada em reunião de 18 de outubro de 2021. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

**2. CONCURSO PÚBLICO N.º CPI/02/2023 QUE VISA O ALUGUER DE EQUIPAMENTOS PARA DIVERSOS EVENTOS DO MUNICÍPIO DE BRAGA.** Foi apresentada a seguinte proposta:

“Submete-se à consideração do Executivo Municipal a autorização da despesa e das peças do procedimento mencionado em epígrafe (programa de concurso e caderno de encargos), nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” Tomou a palavra o **Vereador do PS, Ricardo Sousa**, que afirmou que não votariam contra um concurso público que traz uma maior transparência e clarividência aos bragarenses, questionando o valor responde a todas as necessidades do município e se serão realizados mais alguns ajustes diretos relativamente a esta temática. Em resposta, o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, informou que o concurso foi feito com um levantamento junta dos vários serviços, com base nas atividades planeadas, podendo haver atividades não planeadas que podem dar origem a mais necessidades que, neste momento, são impossíveis de antecipar. **Deliberado autorizar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

**3. PROPOSTAS DE ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMOS NA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MERELIM SÃO PEDRO E FROSSOS E UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BRAGA (MAXIMINOS, SÉ E CIVIDADE).** Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal as seguintes propostas de atribuição de topónimos: União das Freguesias de Merelim São Pedro e Frossos: a) Travessa das Cardosas, com início na Rua das Cardosas e fim em Entroncamento da Rua das Cardosas com a Rua da Cruzinha; União das Freguesias de Braga (Maximinos, Sé e Cividade): **a)** Rua Irmãos La Salle, com início e fim sem saída, com acesso pela Rua Irmão Javier Bustamante; **b)** Travessa Irmãos de La Salle, com início na Rua Irmãos de La Salle e fim sem saída; **c)** Rua Irmão Javier Bustamante, com início na Rua do Cruzeiro e fim na Rua Irmãos de La Salle; **d)** Rua Quinta da Madre de Deus, com início na Rua Irmãos de la Salle e fim sem saída.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

**4. EMPREITADA “EU JÁ PASSO AQUI – REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DA LIBERDADE\_U.F. DE S. LÁZARO E S. JOÃO DO SOUTO” - CONCURSO PÚBLICO: CPE.16.22. DMOSM.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para ratificação, a decisão do Sr. Presidente, de 10 de fevereiro de 2023, que aprovou o Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas e da minuta do contrato, da empreitada “EU JÁ PASSO AQUI – REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DA LIBERDADE\_U.F. DE S. LÁZARO E S. JOÃO DO SOUTO”, tudo de acordo com os documentos contantes do processo.” **Deliberado ratificar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

**5. EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE FIGUEIREDO – 2ª MODIFICAÇÃO OBJETIVA AO CONTRATO”.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Propõe-se a autorização pelo Executivo Municipal para a execução dos trabalhos complementares, no valor global de 92.397,94€ + IVA, supressão de trabalhos no valor de 93.216,34€ + IVA, aprovação da prorrogação do prazo por 45 dias e da minuta do aditamento ao contrato, da empreitada mencionada em epígrafe, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” **Deliberado autorizar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

**6. EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PAVILHÃO DAS GOLADAS – 1ª MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO”.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Propõe-se a autorização, pelo Executivo Municipal, para a execução dos trabalhos complementares, no valor global de 284.967,41€ + IVA, supressão de trabalhos no valor de 96.867,87€ + IVA e aprovação da prorrogação do prazo por 2 meses e da minuta do aditamento ao contrato, da empreitada mencionada

em epígrafe, tudo de acordo com os documentos constantes no processo.” **Deliberado autorizar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

**7. REGULAMENTO PARA CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE BRAGA – PROPOSTA DE ABERTURA DE INÍCIO DE PROCEDIMENTO.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se proposta de abertura de início de procedimento de regulamentação para criação do Conselho Municipal para o Desenvolvimento Sustentável de Braga, de acordo com as alíneas b), d), g), h), k) e m) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e no uso das competências expressamente referidas na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do mesmo diploma legal.” Tomou a palavra a **Vereadora do PS, Maria Helena Teixeira**, que expôs que gostaria de saber qual é o trabalho desenvolvido pelos conselhos municipais que foram sendo criados ao longo dos últimos anos, solicitando que se faça chegar as respetivas atas para que se possa tomar conhecimento daquilo que é discutido, decidido e do que será implementado pelo município. Referiu ainda que acha que esta estratégia de desenvolvimento sustentável e ação climática já vem um bocado tarde e que já devia estar pensada e pronta a ser executada sempre que houvesse oportunidade, para que o município possa aproveitar as verbas dos fundos comunitários. De seguida, tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Barros**, para expor que não se lembra de nenhuma proposta que tenha nascido destes conselhos municipais, provavelmente à exceção da educação e que a criação de uma vasta lista de conselhos para os vários problemas é importante, mas não suficiente para se dizer que todos os problemas estão a ser tratados e que será importante que se faça chegar, em forma de ata ou de outra forma, o resultado dessas reuniões, para que a Câmara Municipal possa refletir sobre o que está a ser discutido e conhecer quais as opiniões maioritárias, porque de seguida terá de haver uma reflexão política, que cabe a este órgão. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, que afirmou que existem órgãos de natureza formal, e que são até impostos por lei, e outros que foram criados por opção deste município, com base na lógica de estimular a colaboração e o diálogo entre os agentes mais relevantes de cada um dos

sectores de atividade, e que hoje existe um leque de conselhos consultivos muito alargado em praticamente todas as áreas de intervenção do município. Prosseguiu dizendo que muitos desses conselhos nem estão sujeitos a uma lógica de realização de reuniões com ata, consistindo em momentos de discussão e de debate sobre temáticas do presente e do futuro, e que, ao contrário do que afirmou a Vereadora Bárbara Seco de Barros, muitas das vezes, propostas que são levadas a executivo resultam dos contributos desses conselhos, que apesar de não serem apadrinhadas por esses, estão imbuídas na atividade normal do executivo municipal. Referiu ainda que os conselhos têm reunido com regularidade e que esses contributos têm sido valiosos, e que não entende esses conselhos como órgãos de legitimação das políticas municipais, mas de valorização e enriquecimento da atividade municipal. Sobre a questão do desenvolvimento sustentável, referiu que, ao contrário do que disse a Vereadora Maria Helena Fernandes Teixeira, é uma área em que Braga se pode orgulhar de ser dos municípios que está na liderança, sendo um dos primeiros a elaborar o plano e o relatório de sustentabilidade, e que se tem vindo a monitorizar o desenvolvimento sustentável nas suas várias dimensões como poucos municípios fazem e que o município está preparado para incorporar todas essas dimensões em todas as candidaturas que o exigem. **Deliberado aprovar por unanimidade. -----**

**8. PROPOSTA DE ADITAMENTO DO ARTIGO 35º AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ARRENDAMENTO ACESSÍVEL E CONSEQUENTE RENUMERAÇÃO DO ARTIGO 36º.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a proposta de aditamento do artigo 35.º ao Regulamento Municipal de Arrendamento Acessível, e consequente renumeração do artigo 36.º, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º e das alíneas b) e g) do n.º 1 do artigo 25º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.” Tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Barros**, para afirmar que votaria a favor, mas deixando a nota que depender de uma solução destas a médio e longo prazo não resolverá o acesso à habitação ou os preços que se praticam, e que continua a manter a proposta e aposta no parque habitacional público, não só para resolver a questão da habitação social, mas também para promover habitação pública que possa garantir rendas que sejam compatíveis com os rendimentos das famílias. **Deliberado aprovar por maioria e remeter à Assembleia Municipal com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros, e com a abstenção**

**dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Moraes Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa.** -----

**9. REGULAMENTO MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DA DISTINÇÃO “LOJAS COM HISTÓRIA” E “OFICINAS COM HISTÓRIA” – CONSULTA PÚBLICA.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal o projeto de Regulamento de Municipal para Atribuição da Distinção “Lojas com História” e “Oficinas com História”, para a abertura do período de consulta pública, pelo período de 30 dias úteis, nos termos previstos no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo.” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

**10. CONCESSÃO DE INCENTIVOS NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO DE BRAGA (4 INCENTIVOS).** Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se à apreciação do Executivo Municipal, para posterior aprovação da Assembleia Municipal de Braga, as propostas de decisão, acompanhadas dos documentos constantes do processo, relativas às seguintes candidaturas ao Regime de Incentivos ao Investimento do Município de Braga, em conformidade com a alínea m) do n.º 2 do artigo 23.º e alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 9.º do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento do Município de Braga, publicado em Diário da República 2.ª série, n.º 152, de 9 de agosto de 2016, com o nº 789/2016, com o nº 789/2016: a) Tecniwood Indústria, S. A. (Processo n.º RII02/2022); b) DLE Investimentos, Lda. (Processo RII03/2022); c) TMAD - Soluções em Madeira e Derivados, Lda. (Processo RII04/2022); d) BEC Carpintaria Unipessoal, Lda. (Processo RII05/2022).” Tomou a palavra a **Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros**, para deixar uma nota de preocupação e reflexão, não sobre as empresas em concreto, mas sobre as normas regulamentares que dão corpo a este tipo de pedidos e a sua aceitação, numa primeira instância, da InvestBraga e, depois, do seu encaminhamento para este órgão. Referiu que é importante avaliar o impacto que estes apoios vão ter no tecido social e económico do concelho, do ponto de vista de número de empregos e do tipo de trabalho que gera, sendo primordial para perceber como se está a apoiar e que resultados se geram, não só no desenvolvimento destes negócios, mas também do ponto de vista dos postos de trabalho que criam, em que condições e que salários são praticados. Prosseguiu afirmando que o se tem vindo a observar em algumas empresas que recebem estes apoios é que essas prosperam, mas o tecido social fica



altamente fragilizado, pelo que não pode deixar de mencionar este aspeto da falta de concretização e consequência prática na qualidade de vida dos trabalhadores e que deveria ser uma responsabilidade das empresas que recebem estes apoios. Terminou referindo que este tipo de regulamentos deveria prever o impacto mais alargado, até do ponto de vista do tipo de trabalho que está a ser gerado, sendo o exemplo necessário de uma sinergia que se cria entre os municípios e estas empresas, que poderiam servir de bom exemplo não só no desenvolvimento dos seus negócios, mas também no impacto que têm no emprego de qualidade que criam no Concelho de Braga. **Deliberado aprovar por maioria e remeter à Assembleia Municipal com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

**11. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E O COMITÉ PORTUGUÊS PARA A UNICEF.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se, para aprovação do Executivo Municipal, a minuta do protocolo de colaboração a celebrar entre o Comité Português para a Unicef e a Câmara Municipal de Braga, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º e alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.” Tomou a palavra a **Vereadora do PS, Sílvia Sousa**, que questionou, sobre os pontos da Estratégia Local para os direitos da criança e os Planos Anuais de Ação Local do protocolo, se iriam ser informados previamente sobre esses documentos. Respondeu a **Vereadora da Coligação Juntos Por Braga, Carla Sepúlveda**, que respondeu que essas informações poderão ser partilhadas. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

**12. CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – FREGUESIAS.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a minuta do contrato administrativo de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com a União das Freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra, para execução da obra



denominada “Honorários/Projeto – Requalificação da Rua do Poço – Navarra – (Reforço de verba), no valor de 1.541,00€.” **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à Assembleia Municipal.** -----

**13. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS – FREGUESIAS.** Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se à apreciação do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 23.º, alínea j) do n.º 1 do art.º 25º e alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual: a) Freguesia de Adaúfe, no valor de 48.439,83€, para apoiar a “Construção de muro de suporte e vedação na Rua dos Benfeitores”; b) Freguesia de Espinho, no valor de 3.936,00€, para apoiar as “Obras de beneficiação no cemitério e construção de columbários – (Projeto); c) União das freguesias de Crespos e Pousada, no valor de 25.110,00€, para apoiar a obra de “Requalificação dos balneários de apoio ao Polidesportivo de Crespos”. **Deliberado aprovar por unanimidade e remeter à assembleia municipal. A Vereadora do PS, Maria Helena Teixeira, solicitou escusa da deliberação concernente à alínea a) por fazer parte da Assembleia da Freguesia.** -----

**14. OUTRAS ISENÇÕES/REDUÇÕES/TAXAS.** Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, os pedidos de isenção de taxas, nos termos do Código Regulamentar do Município de Braga, ao abrigo: **a)** Dos n.ºs. 1 e 2 do artigo H-1/16.º e artigo H-1/17.º, mapa em anexo; **b)** Do n.º 1, alínea c) do artigo H-2/5.º, mapa em anexo; **c)** Do n.º 4 do artigo H-1/16.º, mapa em anexo. **Deliberado aprovar por unanimidade e dar conhecimento à Assembleia Municipal.** -----

**15. PEDIDO DE ISENÇÕES – INDEFERIMENTO.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, as propostas de indeferimento dos pedidos de isenção, constantes do mapa em anexo, por não se encontrarem enquadrados no n.º 1 e n.º 2 do artigo H-1/16º e no artigo H-1/17º do Código Regulamentar do Município de Braga.” **Deliberado aprovar por unanimidade a proposta de indeferimento.** -----

**16. APOIOS FINANCEIROS – CONTRATOS PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO 2022/2023.** Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal, a aprovação dos seguintes contratos-programa de desenvolvimento desportivo

a celebrar com o Município de Braga 2022/2023, nos termos enunciados do n.º 1 e alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: **a)** Grupo Desportivo de Figueiredo (E/7925/2023) - no valor de 2.000,00€ (apoio à formação); **b)** Federação Portuguesa de Xadrez (E/7592/2023) - no valor de 2.663,00€ (inscrições dos atletas da formação da Cidade Curiosa – Associação (Academia de Xadrez Cidade Curiosa); **c)** Arsenal Clube da Devesa (E/8981/2023) - no valor de 15.000,00€ (apoio à formação).” **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

**17. CONTRATOS DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL.** Foram apresentadas as seguintes propostas: “Submetem-se à consideração do Executivo Municipal os seguintes contratos de dinamização cultural, que têm por objeto a atribuição de apoios financeiros às seguintes entidades, de acordo com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e nos termos do n.º 2 do artigo F-1/3.º e do artigo F-1/9.º do Código Regulamentar do Município de Braga: **a)** ACINAC -Associação Cinema em Ação, no valor de 7.500,00€ a pagar em duas prestações de igual montante, a primeira, em 30 de abril, a segunda a 30 de novembro; **b)** Associação Plataforma do Pandemónio – Coletivo de Criação Artística, no valor de 10.000,00€, a pagar em duas prestações de igual montante, a primeira, em 30 de abril, a segunda a 30 de novembro; **c)** Cabido da Sé de Braga, no valor de 40.000,00€, a pagar numa única prestação, a 30 de abril; **d)** Comcordia – Associação de Cordas Dedilhadas do Minho, no valor de 6.000,00€, a pagar em duas prestações de igual montante, a primeira, em 30 de abril, a segunda a 30 de novembro; **e)** Organização Internacional Nova Acrópole de Portugal, no valor de 3.500,00€, a pagar em duas prestações.” Tomou a palavra o **Vereador do PS, Adolfo Macedo**, que afirmou que os contratos celebrados com estas empresas obrigam ao envio de um relatório das atividades e da forma como foram aplicados os apoios, solicitando que os mesmos sejam partilhados com a oposição. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, que anuiu ao solicitado. **Deliberado aprovar por unanimidade.** -----

**18. APOIO FINANCEIRO – PROPOSTA DE PREÇO DE BILHETES E DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AOS AGRUPAMENTOS ESCOLARES, NO ÂMBITO DO PROJETO MAPEAR – MOSTRA ESCOLAR DE ARTES PERFORMATIVAS.** Foram apresentadas as seguintes propostas: “No âmbito do projeto MAPEAR – Mostra Escolar de Artes Performativas 2023, submetem-se as seguintes propostas à consideração do Executivo Municipal: **a)** Fixar o preço de venda ao público dos bilhetes para o ingresso em cada peça, o valor de 2,00 euros (com IVA incluído à taxa de 6%); **b)** Autorizar a transferência da receita líquida arrecadada em cada apresentação, no montante máximo de

880,00 euros (oitocentos e oitenta euros), para as seguintes escolas participantes: Agrupamento de Escolas de Maximinos, Conservatório de Música C. Gulbenkian, Agrupamento de Escolas de Real, Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio, Agrupamento de Escolas André Soares, Agrupamento de Escolas de Celeirós, Agrupamento de Escolas de Sá de Miranda, Colégio Luso Internacional de Braga, Agrupamento de Escolas de Dr. Francisco Sanches, Agrupamento de Escolas Carlos Amarante e Agrupamento de Escolas Dona Maria II.” **Deliberado aprovar por maioria com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

**19. APOIOS FINANCEIROS ÀS ENTIDADES ARTÍSTICAS E DEFINIÇÃO DO PREÇO DE BILHETES PARA A PROGRAMAÇÃO DO BRAGA EN’CENA – FESTIVAL DE TEATRO.** Foi apresentada a seguinte proposta: “Submete-se à consideração do Executivo Municipal proposta de definição de preço de bilhetes para o ingresso em cada peça no valor de 5,00€ (com IVA incluído à taxa de 6%), no âmbito da programação Braga En’Cena – Festival de Teatro, no Theatro Circo, cuja receita líquida obtida reverterá integralmente a favor das entidades artísticas participantes, constantes da proposta.” **Deliberado aprovar por maioria com os votos a favor do Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, e dos Vereadores da Coligação Juntos Por Braga, Maria do Sameiro Macedo Araújo, Altino Bernardo Lemos Bessa, Olga Maria Esteves Araújo Pereira, João Vasconcelos Barros Rodrigues e Carla Maria Ferreira Sepúlveda, e com a abstenção dos Vereadores do PS, Sílvia Cristina Conduto de Sousa, Adolfo Augusto Martins Cruz Morais Macedo, Maria Helena Fernandes Teixeira e Ricardo Miguel Antunes da Cunha Rodrigues de Sousa e da Vereadora da CDU, Bárbara Seco de Barros.** -----

**20. APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA.** Deliberado aprovar por unanimidade a presente ata em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, para surtir efeitos imediatos. -----

**Foi proposto pelo Presidente da Câmara, Ricardo Rio o seguinte voto de louvor:** -----

- **VOTO DE LOUVOR AO ATLETA CARLOS FREITAS**, que se sagrou campeão nacional de 400m em pista coberta (ANDDI-Desporto Adaptado), no decorrer do Campeonato Nacional, que se realizou em Pombal, no passado dia 18, e por revelar uma carreira em crescimento que vem valorizar e reforçar as qualidades da atleta, caracterizadas por um enorme carácter e perseverança. **Deliberado aprovar por unanimidade**-----

Foi proposto pelo Presidente da Camara o seguinte voto de pesar: -----

- **VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE JOÃO MAURÍCIO FERNANDES SALGUEIRO**.  
**Deliberado aprovar por unanimidade** -----

-----**OUTROS ASSUNTOS**-----

----- Pelo **Presidente da Câmara**, foi dada a abertura a outros assuntos. -----

----- Iniciou a **Vereadora do PS, Sílvia Sousa**, que questionou sobre a possibilidade de oferecer uma resposta célere, que permita chegar a um compromisso que seja satisfatório entre as partes, relativamente à questão da mobilidade em Palmeira, que tem vindo sucessivamente a ser alvo de intervenções nas reuniões. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, que mencionou que a questão já havia sido referida na reunião anterior, mas que os serviços entendem que a solução que foi implementada é uma solução que funciona e enquanto entenderem isso, a solução irá perdurar, mas se existir uma alternativa que cumpra o objetivo há disponibilidade para avaliar e implementar se necessário. -----

----- A **Vereadora da CDU, Bárbara Barros**, colocou várias questões sobre o Estádio Municipal de Braga. Quanto à **primeira questão**, solicitou informação sobre o atual estado dos processos em tribunal relacionados com o arquiteto Souto de Moura. Quanto à **segunda questão**, manifestou a preocupação relacionada com a agressão a um jornalista após o jogo do Sporting Clube de Braga contra o Futebol Clube de Arouca, realizado no dia anterior, sublinhando que o acesso por elevadores é escasso, face ao número de adeptos e profissionais, e questionou que tipo de soluções é que o Município poderia encontrar caso se verificasse a necessidade de tentar corrigir este problema. Quanto à **terceira questão**, indagou sobre a possibilidade de construir mais elevadores, e foi solicitada informação sobre de algum pedido ou intenção por parte do Sporting Clube de Braga para resolver esta questão. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, que lamentou o episódio ocorrido no jogo. Sobre o Estádio Municipal, referiu que independentemente de haver ou não processos em tribunal, neste momento já não há no sentido de a Câmara Municipal ser interpelada, porque os três

processos de trabalhos a mais com o consórcio já foram fechados, e com o arquiteto já tinha sido há algum tempo. Referiu também que tudo o que sejam soluções para melhorar a funcionalidade do estádio, que é uma das grandes dificuldades que o estádio apresenta a quem o usa, terá sempre a anuência da Câmara Municipal, e que o presidente do Sporting Clube de Braga já anunciou que iria apresentar um conjunto de melhoramentos por conta do clube, mesmo que sejam de natureza infraestrutural, e ainda não o fez. Prosseguiu afirmando que quando vier, a mesma será analisada do ponto de vista das condições técnicas que os nossos serviços analisarão, mas que do ponto de vista de política, em condições normais, serão autorizadas desde que cumpram essas salvaguardas técnicas.

**-INTERVENÇÃO AO PÚBLICO-**

----- Pelo **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, foi dada a abertura à intervenção do público. -----

----- O cidadão **José Machado** iniciou a sua intervenção assumindo discordância com o Presidente da Câmara face à solução apresentada na freguesia de Palmeira, com a colocação de placas de sentido proibido em três ruas junto ao parque de jogos Dr. Augusto Correia, afirmando que os moradores têm a sua razão e conhecem bem as ruas. De seguida, referiu vários constrangimentos dando o exemplo do autocarro, que passa com dificuldade, algo que, segundo o mesmo, nunca aconteceu. Sugeriu, de seguida, a colocação de um sinal “proibido estacionar exceto moradores”, em vez das placas de sentido proibido. Terminou afirmando que era a terceira vez que estava presente nas reuniões da Câmara Municipal e que não possuem respostas. Voltou a referir constrangimentos derivados com as placas colocadas que têm prejudicado os costumes dos moradores colocando a seguinte questão ao Presidente da Câmara: “Acha que é uma boa mobilidade?” Terminou dizendo que a Câmara tem que intervir e que como moradores merecem respeito. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, que referiu que não se trata de uma opinião pessoal, mas a opinião de uma avaliação técnica dos nossos serviços de mobilidade que entendem que a situação atual corresponde às necessidades daquilo que eram os problemas existentes naquela rua e que, como disse antes, há disponibilidade para avaliar outras soluções, mas enquanto não houver uma posição contrária por parte dos serviços, será essa a solução adotada. -----

----- O cidadão **Carlos Dobreira** iniciou a sua intervenção subscrevendo o que foi referido pelo cidadão José Machado. De seguida apresentou quatro questões. Como **primeira questão**, solicitou saber qual o atual estado de inventariação do Chafariz da Ponte do Bico, em Palmeira. Como **segunda questão**, perguntou se a Empreitada de ampliação águas pluviais e pavimentação da rua da Igreja,

também em Palmeira, já está concluída e se será feita alguma inauguração. **Como terceira questão**, referiu que na semana entre 13 e 17 de fevereiro ocorreu uma intervenção técnica no parque arbóreo da EB 2,3 de Palmeira, que era possível ver do exterior, perguntando qual a razão da intervenção e se ocorreu algum abate de árvores. **Como quarta questão**, referiu que Braga vai receber a 11.ª marcha LGBTQIAP+ em 2023, e vai ser capital portuguesa da cultura em 2025, perguntando quando será possível vermos içada a bandeira arco-íris no mastro da Câmara Municipal. Tomou a palavra o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, que, quanto à **primeira** questão, referiu que o processo está em tramitação e que as várias peças estão a ser tratadas pelos serviços, existindo algumas que já vieram para classificação e outras ainda estão em avaliação. Quanto à **segunda** questão, informou que a intervenção nas árvores é uma obra delegada na junta de freguesia, como todas as podas, mas não está previsto qualquer abate. Quanto à **terceira** questão, respondeu informando que a bandeira não vai ser hasteada no mastro, nem hoje nem em 2025, porque o mastro não serve para exibições alegóricas, serve para atos e peças oficiais, acrescentando que como tem vindo a dizer, em Braga contarão sempre com o apoio da Câmara no combate à discriminação, não contarão com o apoio a situações que nada abonam a esta questão. Quanto à **quarta** questão, informou que está pendente de uma avaliação do projeto pelas Infraestruturas de Portugal e pela DRCN, não estando ainda concluído e que será reavaliado numa segunda fase, de acordo com o parecer que for devolvido. Sobre a quinta questão, o **Presidente da Câmara, Ricardo Rio**, referiu que se o participante diz que desconhece a atividade, não se pode pronunciar sobre a atividade que ela tem. -----

----- Não havendo nada mais a tratar o **Presidente da Câmara** deu por terminada a reunião. -----

**ENCERRAMENTO:** Às 10h e 40m e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Cidália Alice Lopes Rodrigues, Chefe de Unidade Administrativa e de Apoio aos Órgãos Autárquicos. -----